

O papel da Pequena Empresa na UE

Francesco Ianniello

DT 25-99

Setembro 1999

As análises, opiniões e conclusões expressas neste documento de trabalho são da exclusiva responsabilidade do seu autor e não reflectem necessariamente posições do Ministério da Economia.

O Papel da Pequena Empresa na UE

Role of Small Businesses in the EU

(Edição bilingue)

por

Francesco Ianniello

FICHA TÉCNICA

Título: O Papel da Pequena Empresa na UE

Role of Small Businesses in the EU

(Edição bilingue)

Autor: Francesco Ianniello

Editor: GEPE - Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica
do Ministério da Economia

Rua José Estêvão, 83-A, 1.º-Esq.

1169-153 Lisboa

Gep@mail.telepac.pt

Concepção gráfica: Deltagraphos - Design e Publicidade, Lda.

Impressão e acabamento: Alves & David, Lda.

Tiragem: 1000 exemplares

Edição: Lisboa, Setembro 1999

ISBN: 972-8170-56-4

Depósito legal: 142 258/99

Sumário/Summary

O Papel da Pequena Empresa na UE	7
1. Desenvolvimento das pequenas empresas como contribuição para a criação de postos de trabalho no contexto da nova estratégia europeia para o emprego	9
1.1. O contexto	9
1.2. A contribuição das pequenas empresas para o emprego	10
2. Necessidades específicas das pequenas empresas	13
2.1. Internacionalização	13
2.2. Consultoria externa	13
2.3. Inovação e alta tecnologia	13
3. O que foi feito?	15
4. Que tipos de medidas serão necessárias no futuro?	17
Role of Small Businesses in the EU	27
1. Development of Small Businesses as a contribution to job-creatio within the context of the new European Employment Strategy	29
1.1. The context	29
1.2. The contribution of small businesses to employment	30
2. Specific needs of small businesses	33
2.1. Internationalisation	33
2.2. External advice	33
2.3. Innovation and high technology	33
3. What has been done?	35
4. What kinds of measures are needed in the future?	37
5. Documentos publicados	45

O papel da pequena empresa na UE

A inclusão de um Capítulo referente ao Emprego no Tratado de Amsterdão marca o reconhecimento do emprego como sendo uma preocupação comum da União. A nova estratégia de emprego, baseada no Capítulo do Emprego, já criou um processo de convergência dirigido ao emprego em toda a UE que assenta em quatro pilares, um dos quais é o espírito empresarial.

As pequenas empresas (com menos de 50 empregados) são as grandes impulsionadoras do crescimento e do emprego na Europa:

- Constituem 98,9% das empresas dos 19 EUR; ⁽¹⁾
- Mais de 90% das empresas europeias têm menos de 10 empregados;
- As pequenas empresas são menos vulneráveis às flutuações dos ciclos económicos;
- São as mais mão-de-obra intensivas;
- Na Europa, os novos postos de trabalho são criados sobretudo pelas empresas mais pequenas.

Estas empresas representam a maior e mais dinâmica audiência económica na UE. Assim, qualquer medida de política que lhes seja dirigida beneficia, directamente, os cidadãos europeus.

Mas a política a favor das pequenas empresas precisa de ser melhorada. As acções levadas a cabo na sequência das conclusões da Terceira Conferência Europeia sobre os Ofícios e as Pequenas Empresas (Milão, Novembro de 1997) indicam que a qualidade e a quantidade de serviços de apoio às pequenas empresas devem ser melhoradas e que as actividades específicas sectoriais e por grupos alvo devem ser mais dirigidas. No futuro, a criação líquida de emprego na União ocorrerá no sector dos serviços, impulsionada, principalmente, por novas empresas e por empresas jovens e inovadoras.

O ponto de partida para a formulação de políticas no futuro é a identificação e a antecipação das características e necessidades das pequenas empresas. Para tal, deveriam ser desenvolvidas novas metodologias e instrumentos.

⁽¹⁾ Trata-se dos 15 membros da União Europeia, mais a Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

1. Desenvolvimento das pequenas empresas como contribuição para a criação de postos de trabalho no contexto da nova estratégia europeia para o emprego

1.1. O Contexto

O Tratado de Amsterdão entrou em vigor a 1 de Maio. A inclusão de um Capítulo sobre o emprego no Tratado assinala o reconhecimento de que o emprego é tanto um assunto prioritário como uma preocupação comum dentro da União. Mas, mais importante, traduz o empenho dos Estados-membros que têm a responsabilidade principal na implementação das medidas necessárias ao melhoramento do emprego, numa forma significativa e sustentável.

Na reunião extraordinária do Conselho da Europa, a 20 e 21 de Novembro de 1997, no Luxemburgo, os Chefes de Estado e de Governo decidiram-se por uma aplicação antecipada do Capítulo e lançaram uma ambiciosa estratégia europeia para o emprego. Essa estratégia (*o processo do Luxemburgo*) abrange a coordenação das políticas de emprego dos Estados-membros com base em orientações para o emprego mutuamente acordadas, a continuação e o desenvolvimento de uma política macro-económica coordenada e um mercado interno eficiente, com um elevado nível de protecção ambiental e de desenvolvimento sustentável. Também implica a utilização, de modo mais sistemático, de todas as políticas Comunitárias, tanto de enquadramento como de apoio, a favor do emprego.

Antes do Tratado de Amsterdão, o desenvolvimento da política de emprego a nível europeu caracterizava-se por uma cooperação tradicional entre governos, não conducente a compromissos vinculativos.

O Tratado de Amsterdão constitui um ponto de viragem importante. O novo Capítulo sobre o emprego fornece a base legal para a convergência entre as políticas nacionais de emprego, de acordo com os seguintes elementos chave:

- Reconhece que um elevado nível de emprego constitui um dos objectivos chave da UE, a par

dos objectivos macro-económicos de crescimento e estabilidade;

- Sublinha que o emprego é uma preocupação comum. Os Estados-membros comprometeram-se a coordenar as respectivas políticas de emprego;
- Requer que, em todas as políticas comunitárias, seja tido em conta o respectivo impacto sobre o emprego;
- Cria a estrutura de um processo de vigilância dos países;
- Por fim, permite que as decisões sejam tomadas por uma maioria qualificada.

A aplicação antecipada do Capítulo do Emprego do Tratado de Amsterdão já deu frutos no desenvolvimento da estratégia europeia de emprego. Não só porque os objectivos de emprego subiram ao topo da agenda política da União, mas porque o “*Processo do Luxemburgo*”, centrado nas Orientações para o Emprego e dos Planos de Acção Nacionais para a respectiva aplicação, já demonstrou o potencial da nova metodologia, com o empenho dos Governos e de outros actores na prossecução séria dos objectivos acordados em comum.

O Processo do Luxemburgo combina quatro projectos de política em grande escala, estreitamente ligados, mas claramente diferenciados entre si: os quatro pilares da estratégia europeia para o emprego, subdivididos em 22 Orientações diferentes.

Tais pilares são: *Empregabilidade, Espírito Empresarial, Adaptabilidade e Igualdade de Oportunidades*.

O segundo pilar, o espírito empresarial, dirige-se à criação de emprego. Contém medidas destinadas a facilitar a criação e a gestão de uma empresa, com vista à criação de uma nova cultura empresarial na Europa. Inclui medidas destinadas a promover a criação de emprego ao nível local, na economia social e em actividades ligadas a neces-

sidades ainda não satisfeitas pelo mercado. Presta especial atenção ao potencial do sector dos serviços e à necessidade de focar a política no apoio aos empresários para realizarem esse potencial.

A estratégia europeia de emprego baseia-se no reconhecimento de que, para se conseguir melhorar a situação do emprego na Europa, já não basta incidir sobre o combate ao desemprego. O desempenho do emprego tem uma importância igual e deve ser tratado em conformidade. A taxa de emprego é o indicador efectivo do desempenho de uma economia em termos de fornecimento de postos de trabalho a todos os que possam trabalhar. A taxa de emprego actual na UE é de 60,5%, mas varia fortemente entre os Estados-membros. Se se tomar como referência o desempenho dos três melhores Estados-membros, ou o dos Estados Unidos, o número de pessoas que poderiam estar empregadas excede o actual em mais de 30 milhões. Tal aumentaria o emprego na UE de 150 para 180 milhões.

As diferenças de taxas de emprego entre os Estados-membros surgem, principalmente, em três grupos: entre as mulheres em geral, entre os jovens de ambos os sexos e entre os trabalhadores masculinos mais idosos.

Os analistas previam que o crescimento de 1998, fortemente criador de postos de trabalho, iria continuar em 1999. Se bem que o ambiente internacional deteriorado implique uma revisão, para baixo, das perspectivas económicas para 1999, as perspectivas para o emprego parecem manter uma tendência positiva. O êxito na obtenção de maiores níveis de emprego a longo prazo depende, fundamentalmente, dos níveis de crescimento sustentável e de produtividade conseguidos e mantidos, os quais dependem, por sua vez, da adequação da combinação de políticas macroeconómicas e da eficiência com que os mercados, especialmente os do emprego, funcionam.

São necessários ajustamentos estruturais, especialmente dos mercados do emprego, para melhorar as perspectivas do emprego a longo prazo. O espírito empresarial acelera as mudanças estruturais e contribui para o desenvolvimento de novos mercados, produtos, serviços e postos de trabalho.

Recentemente, a Comissão publicou um estudo que examina a criação de postos de trabalho e a experiência empresarial na Europa e nos Estados Unidos. Esse estudo (*Relatório sobre as Taxas de Emprego, 1998*) mostra que a Europa tem um sector de serviços subdesenvolvido quando comparado com o dos Estados Unidos.

A Europa tem, pelo menos, tantas pessoas ligadas à indústria transformadora como os Estados Unidos e uma população activa a trabalhar na agricultura ligeiramente superior, em cerca de 2,5 milhões de opositos de trabalho. Por outro lado, os Estados Unidos têm muitos mais postos de trabalho no sector dos serviços, mais 15%, ou seja, 36 milhões de postos de trabalho. Os Estados Unidos têm mais pessoas empregadas em todas as áreas do sector dos serviços.

Para além das deficiências já referidas do lado da oferta de emprego, o factor mais importante no aumento dos níveis de emprego nestes sectores parece ser o facto de se encorajar e esperar que as mulheres e os jovens participem no mercado do trabalho através de uma conjugação entre o mercado de emprego activo e as políticas de fomento empresarial.

1.2. A contribuição das pequenas empresas para o emprego

As pequenas empresas são definidas, na UE, como sendo empresas com menos de 50 empregados e com um volume de vendas anual inferior a 7 milhões de Euros. De acordo com esta definição, 98,9% das empresas da EUR 19 são pequenas empresas. Mais de 90% das empresas europeias têm menos de 10 empregados.

Existem cerca de 60 milhões de empregados em pequenas empresas, o que constitui 52% dos empregados em empresas da UE. Em todos os Estados-membros, pelo menos 20% da força de trabalho é empregue em microempresas (menos de 10 empregados). A proporção de postos de trabalho em firmas com 10 a 49 empregados é comparável em todos os Estados-membros – a média comunitária é de 19%.

Contudo, existem diferenças entre os Estados-membros quanto às percentagens de postos de trabalho em pequenas e micro empresas. O nú-

mero é menor na Alemanha, na Irlanda, no Luxemburgo e na Áustria. Nos países do sul da Europa e na Bélgica, a percentagem de postos de trabalho em empresas muito pequenas situa-se bastante acima da média. Muitas vezes, trata-se de trabalhadores por conta própria no sector da construção, ou de pequenas empresas familiares no comércio, na hotelaria e na restauração. Do ponto de vista dos postos de trabalho, as pequenas empresas dominam certos sectores industriais, tais como o processamento de metais, de produtos não metálicos, o fabrico de produtos de madeira, e as indústrias do vestuário e do couro.

As pequenas empresas são menos vulneráveis às flutuações dos ciclos económicos. Também são mais mão-de-obra intensivas. Criam relativamente mais postos de trabalho do que as grandes companhias; um aumento de 1% na produção, significa, a longo prazo, um aumento de 0,8% no emprego.

As estatísticas também mostram claramente que os novos postos de trabalho na Europa são criados, principalmente, nas empresas mais pequenas. Como existe cada vez menos emprego nas grandes empresas industriais, e como o sector público recorre cada vez mais a serviços externos, há um número cada vez maior de trabalhadores em pequenas empresas e de pessoas que criam as suas próprias empresas. A maior parte das empresas recém criadas empregam menos de 5 pessoas e mais de 80% começam com apenas um assalariado. Em média, o número de empregados em empresas novas não aumenta durante os primeiros cinco anos. A taxa de falências de novas empresas continua a ser muito elevada, mas naquelas que sobrevivem o emprego tende a aumentar. Assim, temos boas razões para colocarmos as necessidades das pequenas empresas no centro das políticas definidas a nível europeu, nacional e local.

2. Necessidades específicas das pequenas empresas

O ambiente empresarial para as pequenas empresas está a alterar-se rapidamente. Torna-se essencial identificar as necessidades que lhes são específicas quando se considera as opções políticas. Todos os estudos mais recentes mostram, explicitamente, que existem três áreas em que as pequenas empresas se deparam com dificuldades especiais: a internacionalização, a consultoria externa e a inovação e novas tecnologias.

2.1. Internacionalização

O grau de internacionalização das pequenas empresas é menor do que o das grandes. Em geral, as pequenas empresas efectuam 10% das vendas no estrangeiro (mas, indirectamente, estão fortemente envolvidas nas “exportações intermédias”). Os contratos são celebrados, principalmente, de forma informal e dizem respeito unicamente a uma cooperação comercial. Os problemas específicos relativos à cooperação internacional que surgem às pequenas empresas são: encontrar e avaliar um parceiro, compromissos desiguais, falta de recursos e dificuldades de comunicação.

A subcontratação está no centro do desenvolvimento de uma estrutura empresarial na UE e torna-se especialmente importante para a manutenção de certas actividades industriais na União. Frequentemente, é a via para a internacionalização das pequenas empresas. Estas precisam de cooperar, numa base de igualdade, com as empresas maiores no desenvolvimento de redes de subcontratação na Europa. No futuro próximo, a utilização de redes electrónicas terá uma importância crucial para tal desenvolvimento.

O Mercado único proporcionou oportunidades de internacionalização para as pequenas empresas. O Euro irá proporcionar mais um incentivo, especialmente ao eliminar os custos de conversão entre moedas. O desenvolvimento do comércio electrónico também abre vastas possibilidades

para as pequenas empresas comprarem e venderem a nível mundial.

2.2. Consultoria externa

De acordo com um estudo recente (1997), publicado no 5.º Relatório do Observatório Europeu para as PME, 41% das empresas consideravam não recorrer a qualquer tipo de consultoria externa. O estudo também mostrou que 90 e 85% das grandes e das médias empresas, respectivamente, recorriam a aconselhamento externo. Pelo contrário, mais de 45% das microempresas desconheciam essa possibilidade. Pressupondo que estas percentagens são verdadeiras para todas as empresas, há quase 8 milhões que não utilizam qualquer forma de aconselhamento externo.

A consultoria externa não é muito utilizada na fase inicial das empresas (como, por exemplo, a avaliação de riscos). É mais utilizada para fins de desenvolvimento técnico, marketing e financiamento. Os motivos principais desta relação negativa entre a dimensão da empresa e o respectivo recurso a serviços de consultoria são:

- a falta de recursos financeiros entre as pequenas empresas e a dificuldade do empresário em quantificar as vantagens de tais serviços;
- a excessiva concentração e empenho dos empresários nas tarefas de comercialização ou de produção, leva-os a descurar a consultoria externa;
- o aconselhamento nem sempre está dirigido a este tipo de empresa e, particularmente em certos Estados-membros, os regulamentos são demasiadamente restritivos.

2.3. Inovação e alta tecnologia

As pequenas empresas europeias são inovadoras, sobretudo nos sectores da química, das borrachas e dos plásticos. As firmas inovadoras também privilegiam o desenvolvimento de mercados novos. As actividades de I&D são a chave da inovação

entre as pequenas empresas, mas poucas dispõem dos recursos necessários para efectuarem a sua própria investigação e desenvolvimento, e não estão habituadas a efectuarem esforços cooperativos nesta área.

Os serviços genéricos baseados na *Internet* são cada vez mais importantes para tornarem as pequenas empresas aptas a participarem no desenvolvimento do comércio electrónico e para agruparem mais serviços. As pequenas empresas e as empresas artesanais não possuem os recursos para construir infra-estruturas privadas com-

plexas e dispendiosas. Assim, precisarão de recorrer a uma infra-estrutura pública ou de *joint venture* que lhes permita trocar informações comerciais sensíveis de modo seguro. Também precisam de aprender a utilizar as novas tecnologias da informação e ligá-las às respectivas áreas de negócio. Na maior parte dos casos, as pequenas empresas estão muito longe de poderem efectuar negócios na *Internet*, mas poderão começar a utilizá-la como meio de informação, comunicação e de difusão.

3. O que foi feito?

A 10 de Abril de 1996, no contexto da reorganização dos respectivos departamentos, a Comissão decidiu estabelecer uma unidade para “Ofícios e pequenas empresas” ⁽²⁾ dentro da Direcção Geral responsável pela política empresarial. A nova unidade passou a ser responsável pelos artífices e pequenas empresas, mulheres, jovens empresários, grupos alvo e desenvolvimento local.

Com base no Comunicado intitulado “Os artífices e as pequenas empresas, chaves para o crescimento e o emprego na Europa” ⁽³⁾ e no Relatório ao Conselho Europeu de Madrid, foram tomadas uma série de acções no quadro do Terceiro Programa Plurienal para as PME (1997-2000) ⁽⁴⁾.

Entre essas acções há que destacar: a preparação e a organização da Terceira Conferência Europeia sobre o artesanato e as Pequenas Empresas, em 1997; o lançamento de vários estudos, seminários e projectos piloto destinados a identificar as necessidades dos artífices e das pequenas empresas, envolvendo-os em actividades transnacionais, melhorando a standardização dos produtos, o financiamento das empresas, incentivando o espírito empresarial através da formação e superando as dificuldades específicas experimentadas pelos grupos de empresários alvo; influenciar as políticas Comunitárias no sentido de incluírem os requisitos específicos do sector, especialmente das mulheres e dos jovens empresários.

⁽²⁾ Para mais informações acerca da unidade: URL: <http://europa.eu.int/en/comm/dg23/artisana/>

⁽³⁾ COM (95) 502 a 26.10.1995: “O artesanato e as pequenas empresas, chaves para o crescimento e o emprego na Europa. Resultados da Segunda Conferência Europeia sobre o artesanato e as Pequenas Empresas, em Berlim, a 26 e 27 de Setembro de 1994, medidas a tomar e recomendações aos Estados-membros”.

⁽⁴⁾ Decisão do Conselho 97/15/EC de 9 de Dezembro de 1996, sobre o Terceiro Programa Plurienal para as Pequenas e Médias Empresas (PME) na União Europeia (1997 a 2000), OJL006, 10-01-197.

A Terceira Conferência Europeia dos artífices e Pequenas Empresas, “Emprego através da Inovação”, teve lugar a 20 e 21 de Novembro de 1997, em Milão. Foi preparada por 11 pré-conferências que abordaram uma série de questões cruciais que afectam o sector (vide lista abaixo). A Conferência de Milão reuniu cerca de 2000 participantes de 32 países da Europa e da bacia do Mediterrâneo, incluindo Ministros de 7 Estados-membros. Identificou as seguintes prioridades para o desenvolvimento do sector:

- I. Encorajar o êxito económico dos artífices e das pequenas empresas, através da criação de um ambiente conducente ao respectivo desenvolvimento;
- II. Promover o aparecimento e o desenvolvimento de uma cultura empresarial europeia de pequenas empresas;
- III. Assegurar que o sector dos artífices e das pequenas empresas é tido em conta, logo no início, no planeamento de medidas e/ou políticas nacionais e comunitárias nos domínios económico e social, especialmente nas consultas e negociações a todos os níveis;
- IV. Encorajar os ofícios e as pequenas empresas e respectivos representantes ao envolvimento nos processos de troca e cooperação, tanto inter-comunitários como com países não membros;
- V. Aumentar a competitividade e a inovação no sector dos artífices e das pequenas empresas.

No seguimento da Conferência, foi estabelecido o Grupo de Acompanhamento de Milão para reunir os representantes do sector e de outros departamentos dentro da Comissão. O Grupo reuniu-se quatro vezes desde a Conferência e a DGXXIII produziu uma tabela, em cooperação com outras DGs, definindo as acções que estão a ser tomadas pela Comissão nos domínios relevantes para as prioridades de Milão. Essa tabela

foi publicada, pela primeira vez, no *web site* da DGXXIII em Dezembro de 1998 e está a ser actualizada de três em três meses⁽⁵⁾. Também são efectuadas consultas aos representantes dos Estados-membros sobre temas relevantes para o sector no contexto do Terceiro Programa Plurianual para as PME.

Foram desenvolvidos, ao abrigo de diversas Políticas Comunitárias, muitos programas e iniciativas dirigidos às necessidades das empresas mais pequenas. A estratégia global dos instrumentos existentes baseia-se em duas prioridades, nomeadamente o melhoramento do ambiente empresarial e a apresentação de programas e medidas de apoio específicos para as pequenas empresas.

Para melhorar o ambiente administrativo, legal, fiscal e financeiro das pequenas empresas, a respectiva especificidade foi tida em conta na definição de todas as políticas comunitárias (tais como o programa para o mercado interno, a concorrência, a tributação, o ambiente e a política social). A nova definição de PME⁽⁶⁾, adoptada em 1996, contribuiu para um melhor direccionamento das medidas destinadas a apoiar as pequenas empresas. A coordenação faz-se através do sistema de avaliação do impacto empresarial para propostas legislativas e através da cooperação entre departamentos. As iniciativas incluem uma

proposta de directiva destinada a resolver o problema dos pagamentos em atraso, que beneficiaria as pequenas empresas, e uma recomendação sobre a transferência de negócios com base nas melhores práticas nos Estados-membros. Foram feitas mais recomendações destinadas a melhorar o ambiente das pequenas empresas pelo grupo de trabalho BEST (*Business Environment Simplification Task Force* – Missão de Simplificação do Ambiente Empresarial). Um plano de acção pormenorizado, proposto pela Comissão em resposta a essas recomendações⁽⁷⁾, reúne, pela primeira vez, dentro de uma estrutura, todas as questões relativas às políticas com impacto nas empresas.

Os programas e as medidas de apoio às empresas têm-se dirigido, principalmente, ao acesso ao financiamento e ao crédito, ao apoio ao desenvolvimento de pequenas empresas em regiões desfavorecidas, à internacionalização das pequenas empresas, ao reforço da competitividade, ao melhoramento do acesso à investigação, à inovação e à formação, à promoção do espírito empresarial e a uma maior preocupação pela dimensão ambiental. Uma iniciativa recente no domínio do acesso ao financiamento é constituída por uma acção de capital de arranque (CREA) especialmente dirigida às pequenas empresas.

⁽⁵⁾ URL: <http://europa.eu.int/en/dg23/artisana/miltable.htm>

⁽⁶⁾ Recomendação da Comissão de 3 de Abril de 1996, relativa à definição de pequenas e médias empresas: JO L 107, 30.04.1996

⁽⁷⁾ COM (98) 550 final de 30.09.1998.

4. Que tipos de medidas serão necessárias no futuro?

A identificação e a antecipação das características específicas das pequenas empresas devem ser o ponto de partida na definição das políticas futuras. Podem ser necessários instrumentos mais coerentes e contínuos. As políticas e os programas comunitários existentes dirigidos às necessidades das pequenas empresas devem ser coordenados de modo a otimizar a utilização dos recursos disponíveis. Também é necessário melhorar as consultas às pequenas empresas e respectivos representantes de modo a que possam expressar as suas necessidades e prioridades.

A acção ao nível europeu deve ter em conta o princípio da subsidiariedade. Geralmente, as pequenas empresas agem de modo muito localizado. Preocupadas com o respectivo ambiente e desenvolvimento, as microempresas privadas necessitam de serviços específicos, ajustados, que, em muitos casos, podem ser desenvolvidos mais eficientemente em centros locais ou sectoriais.

O trabalho para melhorar a qualidade dos serviços de apoio às pequenas empresas pode ser reforçado. A criação de redes de consultoria e de garantias de qualidade poderia ser o primeiro passo para incentivar as pequenas empresas a utilizarem serviços de consultoria externa. Em particular, poderiam ser fomentados serviços destinados a ajudar as pequenas empresas a internacionalizarem as respectivas estratégias.

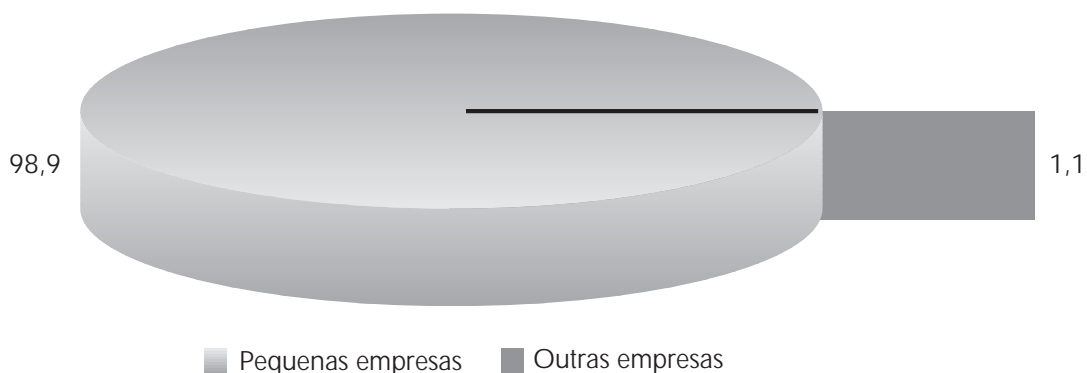
Também deveria ser dada mais atenção à inovação e às novas tecnologias. Os novos postos de

trabalho são principalmente criados por empresas recém criadas, novas e inovadoras. Tal significa que existe uma necessidade para uma difusão rápida das tecnologias, para uma maior inovação a todos os níveis e para melhores programas de formação em gestão.

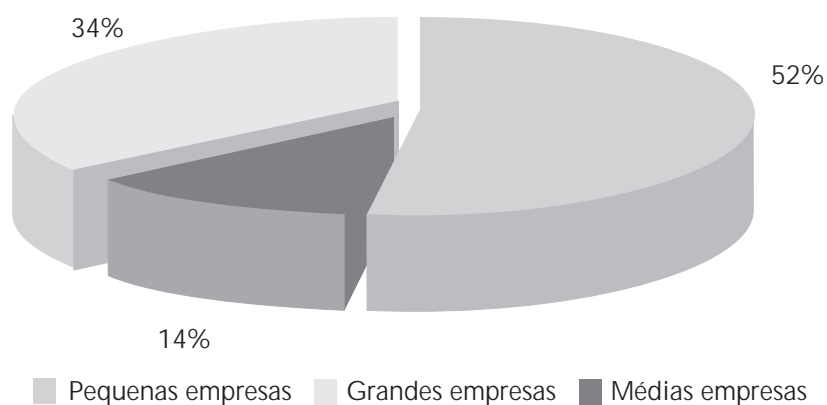
Os sectores que têm elevados potenciais, como o turismo e os novos serviços, e os grupos alvo como as mulheres, os jovens e empresários de grupos minoritários, merecem uma atenção especial. Este ano, estão a ser realizados estudos preparatórios e, com base nos resultados, poderão ser estabelecidas redes de organizações representativas e de apoio em cada uma dessas categorias. Também estão a ser encaradas outras actividades promocionais e de chamada de atenção: novas imagens para os sectores através de novas acções dos órgãos de informação, Prémios Europeus para Artes e Ofícios e para Jovens Empresários, acções destinadas a superar preconceitos acerca de quem está apto a gerir uma empresa e em que sector.

As pequenas empresas são uma fonte de emprego vital para a União e, segundo todas as estimativas, constituem a maior contribuição para o crescimento do emprego. Num ambiente empresarial em rápida mudança, as pequenas empresas, como agentes económicos relativamente estáveis e dinâmicos, continuarão a ser a espinha dorsal da economia europeia. Ao promover as pequenas empresas e o espírito empresarial, a Europa está a investir em postos de trabalho.

**Figura 1: Empresas da UE,
percentagem das pequenas empresas
(Fonte: Eurostat)**



**Figura 2: Percentagem das pequenas empresas
no emprego na UE
(Fonte: Eurostat)**



**Figura 3: Percentagem de emprego
das pequenas empresas nos Estados-membros
(Fonte: Eurostat)**

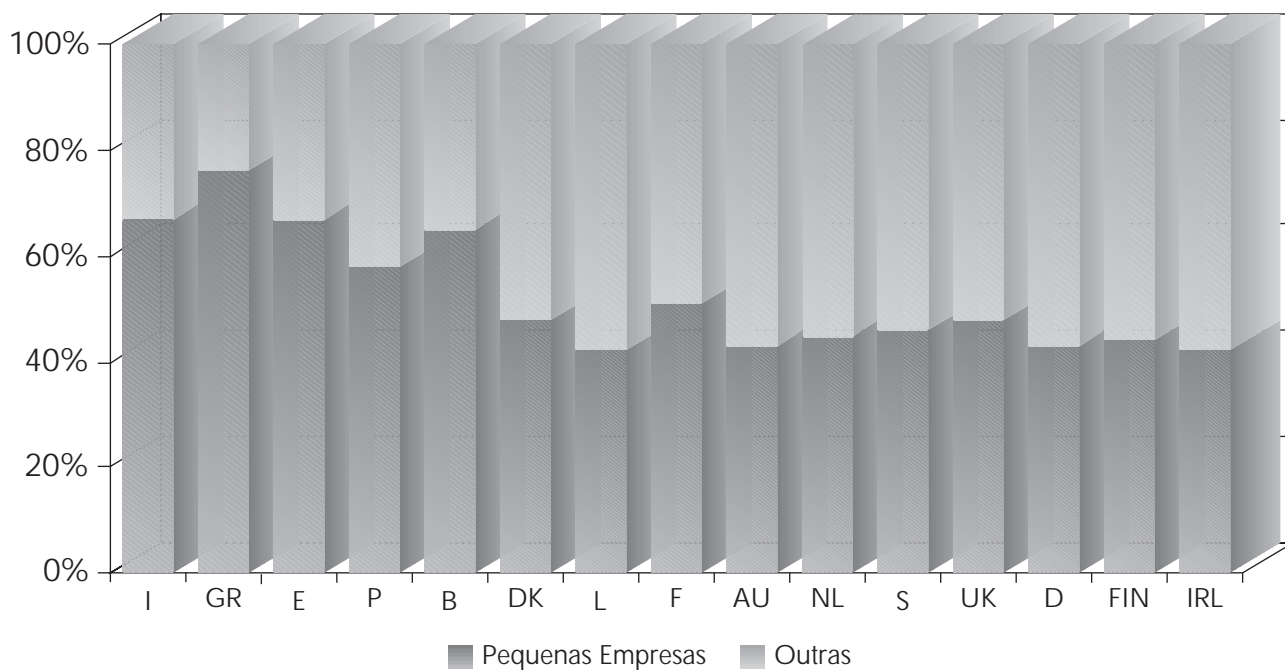


Tabela 1: Empresas na Europa, Observatório Europeu de PME, 5.º relatório

		PME				GE	Total
		Muito pequenas	Pequenas	Médias	Total		
Número de empresas (1,000)	UE	17,285	1,105	165	18,555	35	18,590
	Outros	410	45	10	460	1	460
	Total	17,695	1,150	170	19,015	40	19,050
Número de empregados (1,000)	UE	37,000	21,110	15,070	73,180	38,220	111,410
	Outros	960	800	750	2,510	1,160	3,670
	Total	37,960	21,920	15,820	75,700	39,380	115,080
Dimensão média da empresa	UE	2	20	90	4	1,035	6
	Outros	2	20	95	5	820	8
	Total	2	20	90	4	1,030	6
Volume de vendas por empresa (unidade=ECU)	UE	0.2	3.0	16.0	0.5	175.0	0.8
	Outros	0.3	3.0	15.0	0.8	130.0	1.2
	Total	0.2	3.0	16.0	0.5	170.0	0.8
Valor acrescentado por empregado (ECU 1,000)	UE	30	40	50	35	55	40
	Outros	45	40	45	45	75	55
	Total	30	40	50	35	55	40
Percentagem de custos salariais no valor acrescentado (%)	UE	38	63	60	52	53	53
	Outros	43	69	67	58	61	59
	Total	38	64	61	53	53	53

Figura 4: Evolução do emprego nas empresas de acordo com a respectiva dimensão (Fonte: Observatório Europeu de PME, 5.º relatório)

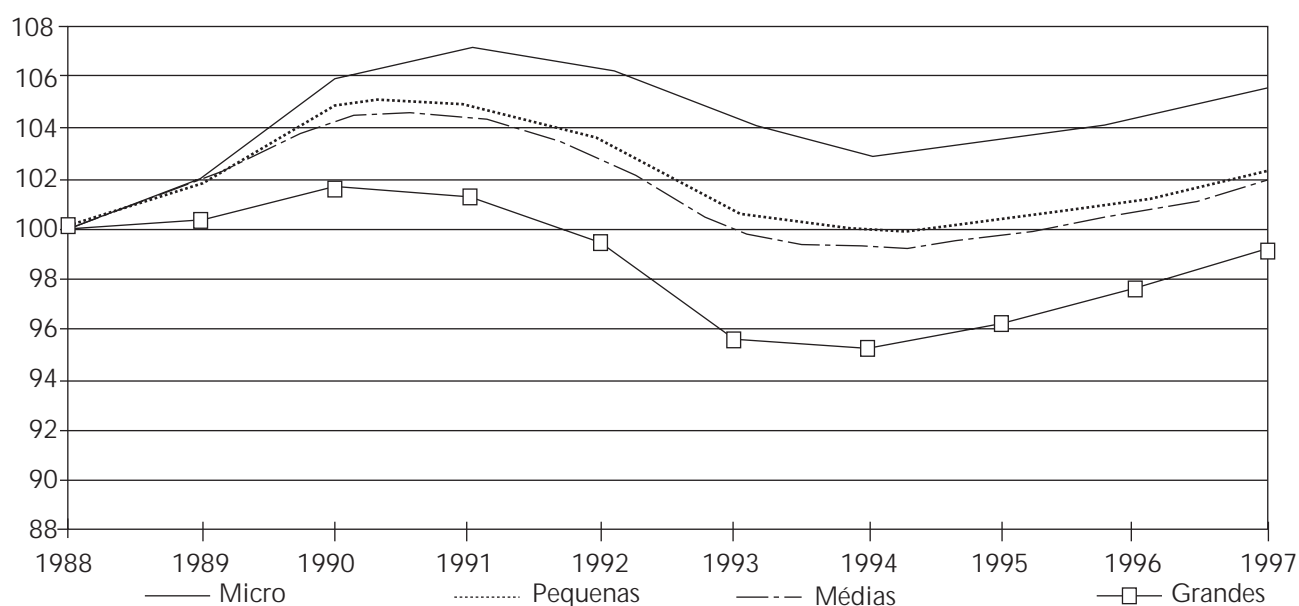
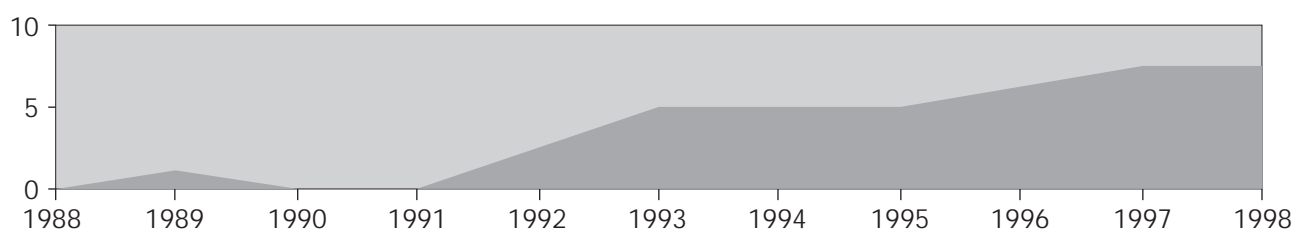


Figura 5: Diferença no crescimento do emprego nas pequenas e nas grandes empresas, 1998 = 0 (Fonte: Observatório Europeu do PME, 5.º relatório)



**Tabela 2: Taxa de desemprego na UE, Eurostat
Total**

<i>Data</i>	EU15	EUR 11	B	DK	D	GR	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK	USA	JAP
97.02	10,8	11,7	9,3	5,9	9,6	:	21,3	12,4	10,5	12,2	2,6	5,6	4,3	7,1	13,5	10,5	7,4	5,3	3,4
98.02	10,2	11,2	9,0	5,4	9,8	11,3	19,4	11,9	8,4	12,1	2,9	4,7	4,7	5,8	11,9	8,7	6,5	4,6	3,6
98.10	9,8	10,7	8,6	4,8	9,1	:	18,5	11,6	7,4	12,2	2,9	3,6	4,7	4,5	10,8	7,5	6,2	4,5	4,3
98.11	9,7	10,6	8,5	4,7	9,1	:	18,1	11,6	7,3	12,2	2,7	3,6	4,6	4,4	10,8	7,6	6,2	4,4	4,4
98.12	9,7	10,6	8,5	4,7	9,2	:	18,0	11,5	7,3	12,1	2,6	3,6	4,6	4,4	10,8	7,5	6,3	4,3	4,4
99.01	9,7	10,5	8,4	4,9	9,0	:	17,8	11,4	7,2	12,0	2,8	3,4	4,6	4,3	10,8	7,6	:	4,3	4,4
99.02	9,6	10,5	8,4	:	9,0	:	17,6	11,4	7,0	:	2,8	:	4,6	4,2	10,8	:	:	4,4	:

Homens

<i>Data</i>	EU15	EUR 11	B	DK	D	GR	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK	USA	JAP
97.02	9,5	10,0	7,3	5,0	9,1	:	16,7	10,7	10,5	9,5	1,9	4,4	3,5	6,3	13,0	10,9	8,4	5,1	3,3
98.02	8,9	9,4	7,0	4,1	9,1	7,6	14,6	10,1	8,6	9,3	2,0	3,6	3,9	4,7	11,4	8,9	7,2	4,5	3,7
98.10	8,4	8,9	6,8	3,6	8,6	:	13,3	9,8	7,5	9,5	2,1	2,8	4,0	3,5	10,2	7,9	6,9	4,4	4,3
98.11	8,4	8,8	6,7	3,6	8,6	:	13,0	9,8	7,4	9,4	1,9	2,8	3,9	3,5	10,2	7,8	6,9	4,2	4,4
98.12	8,4	8,8	6,7	3,7	8,8	:	13,0	9,7	7,3	9,3	1,8	2,8	3,8	3,4	10,3	7,8	7,1	4,4	4,5
99.01	8,3	8,7	6,7	3,9	8,4	:	12,8	9,7	7,3	9,2	1,9	2,7	3,9	3,4	10,5	7,8	:	4,2	4,5
99.02	8,3	8,6	6,7	:	8,4	:	12,5	9,6	7,1	:	1,9	:	3,9	3,4	10,7	:	:	4,3	:

Mulheres

<i>Data</i>	EU15	EUR 11	B	DK	D	GR	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK	USA	JAP
97.02	12,4	14,0	12,1	7,1	10,4	:	28,5	14,3	10,6	16,5	3,8	7,3	5,3	8,0	14,2	10,0	6,3	5,4	3,4
98.02	12,1	13,7	11,7	6,9	10,7	17,0	26,9	14,1	8,1	16,5	4,3	6,1	5,6	7,2	12,6	8,6	5,7	4,7	3,5
98.10	11,6	13,1	11,1	6,1	9,7	:	26,4	13,8	7,2	16,6	4,1	4,7	5,5	5,7	11,6	7,0	5,4	4,7	4,3
98.11	11,5	13,0	10,9	5,9	9,8	:	25,9	13,7	7,1	16,6	4,0	4,7	5,5	5,6	11,4	7,4	5,3	4,6	4,3
98.12	11,5	13,0	10,9	5,9	9,9	:	25,8	13,6	7,2	16,5	3,8	4,7	5,6	5,5	11,2	7,0	5,3	4,3	4,2
99.01	11,4	12,9	10,9	6,1	9,8	:	25,6	13,5	7,1	16,4	4,3	4,5	5,5	5,4	11,0	7,5	:	4,3	4,2
99.02	11,4	12,9	10,8	:	9,8	:	25,5	13,5	7,0	:	4,2	:	5,5	5,3	10,8	:	:	4,4	:

Menos de 25 anos
Total

<i>Data</i>	EU15	EUR 11	B	DK	D	GR	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK	USA	JAP
97.02	21,6	23,7	23,0	9,0	10,7	:	39,9	29,5	16,6	33,4	7,8	10,2	6,7	16,1	26,0	21,6	14,8	11,9	6,7
98.02	20,1	22,0	22,4	7,7	10,1	31,9	36,6	27,2	12,7	33,4	7,3	9,4	6,8	11,5	24,2	17,6	13,6	10,7	7,4
98.10	19,4	21,0	21,6	7,0	9,5	:	34,6	26,4	10,5	33,2	8,2	7,0	6,5	9,0	22,7	14,7	13,7	10,5	7,8
98.11	19,3	20,8	21,4	6,8	9,6	:	34,0	26,3	10,3	33,1	6,4	7,0	6,4	8,8	22,8	15,0	13,8	9,9	8,2
98.12	19,2	20,7	21,4	7,1	9,7	:	33,7	26,1	10,2	32,9	5,9	6,8	6,4	8,6	23,0	14,9	14,1	9,6	9,1
99.01	19,2	20,6	21,5	7,4	9,4	:	33,3	26,2	10,1	33,6	6,7	6,4	6,4	8,5	23,1	15,9	:	9,9	8,6
99.02	19,1	20,4	21,4	:	9,2	:	32,8	26,1	9,8	:	6,7	:	6,3	8,2	23,2	:	:	10,2	:

Homens

<i>Data</i>	EU15	EUR 11	B	DK	D	GR	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK	USA	JAP
97.02	20,2	21,6	19,1	7,4	11,8	:	34,5	27,0	17,3	28,8	6,4	9,7	5,5	13,2	24,9	21,9	16,7	12,0	7,1
98.02	18,5	19,8	18,3	6,9	10,8	22,9	30,5	24,6	13,1	28,8	7,4	9,0	5,4	9,2	23,1	18,2	14,8	11,7	8,3
98.10	18,0	18,8	17,9	6,5	10,3	:	27,7	24,1	10,8	28,9	9,1	7,2	5,2	7,5	21,4	15,5	15,7	10,9	8,4
98.11	17,8	18,6	17,7	6,4	10,3	:	27,1	23,9	10,6	28,9	6,7	6,6	5,2	7,3	21,6	15,2	15,7	10,3	8,8
98.12	17,9	18,5	17,7	6,9	10,5	:	26,9	23,8	10,5	28,7	5,9	6,0	5,1	7,2	22,1	15,8	16,3	10,7	9,7
99.01	17,9	18,5	17,9	7,3	10,1	:	26,4	24,1	10,4	29,6	6,9	6,5	5,2	7,2	22,6	16,0	:	10,5	9,7
99.02	17,8	18,3	17,9	:	9,9	:	25,8	24,0	10,1	:	6,8	:	5,3	7,1	23,0	:	:	10,3	:

Mulheres

<i>Data</i>	EU15	EUR 11	B	DK	D	GR	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK	USA	JAP
97.02	23,2	26,1	27,8	10,9	9,5	:	46,4	32,3	15,7	39,1	9,4	10,7	7,9	19,8	27,2	21,3	12,5	11,7	6,4
98.02	21,9	24,5	27,3	8,6	9,3	42,0	44,2	30,0	12,2	39,2	7,2	9,8	8,2	14,2	25,4	17,1	12,1	9,7	6,5
98.10	21,0	23,6	26,2	7,4	8,7	:	43,1	29,0	10,2	38,5	7,1	6,8	7,8	10,8	24,2	13,7	11,3	10,0	7,2
98.11	20,9	23,4	25,8	7,1	8,7	:	42,5	28,8	10,0	38,3	6,1	7,4	7,7	10,6	24,1	14,8	11,5	9,5	7,6
98.12	20,8	23,3	25,9	7,3	8,7	:	42,1	28,5	9,9	38,2	6,0	7,6	7,8	10,3	24,0	13,9	11,6	8,4	8,5
99.01	20,7	23,1	25,8	7,4	8,6	:	41,8	28,5	9,7	38,6	6,4	6,3	7,6	10,1	23,7	15,8	:	9,3	7,6
99.02	20,6	22,8	25,8	:	8,5	:	41,4	28,5	9,5	:	6,6	:	7,5	9,6	23,4	:	:	10,0	:

Figura 6: Modificações de produtos nos últimos anos por dimensão de empresa
Fonte: Observatório Europeu de PME, 5.º relatório

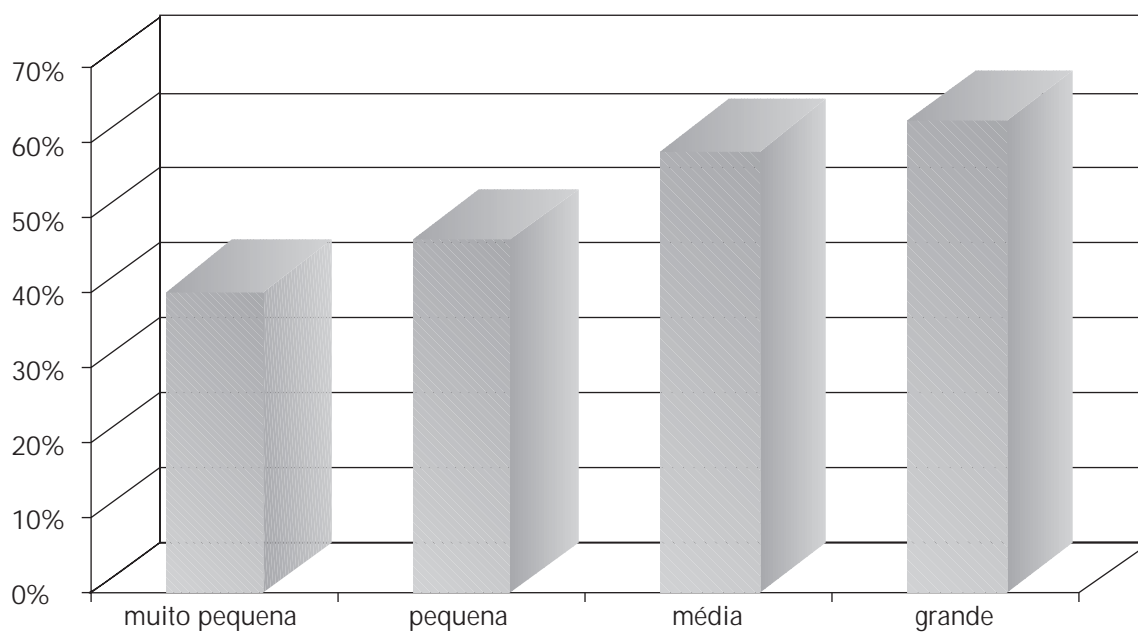


Figura 7: Avaliação de risco por dimensão de empresa
Fonte: Observatório Europeu de PME, 5.º relatório

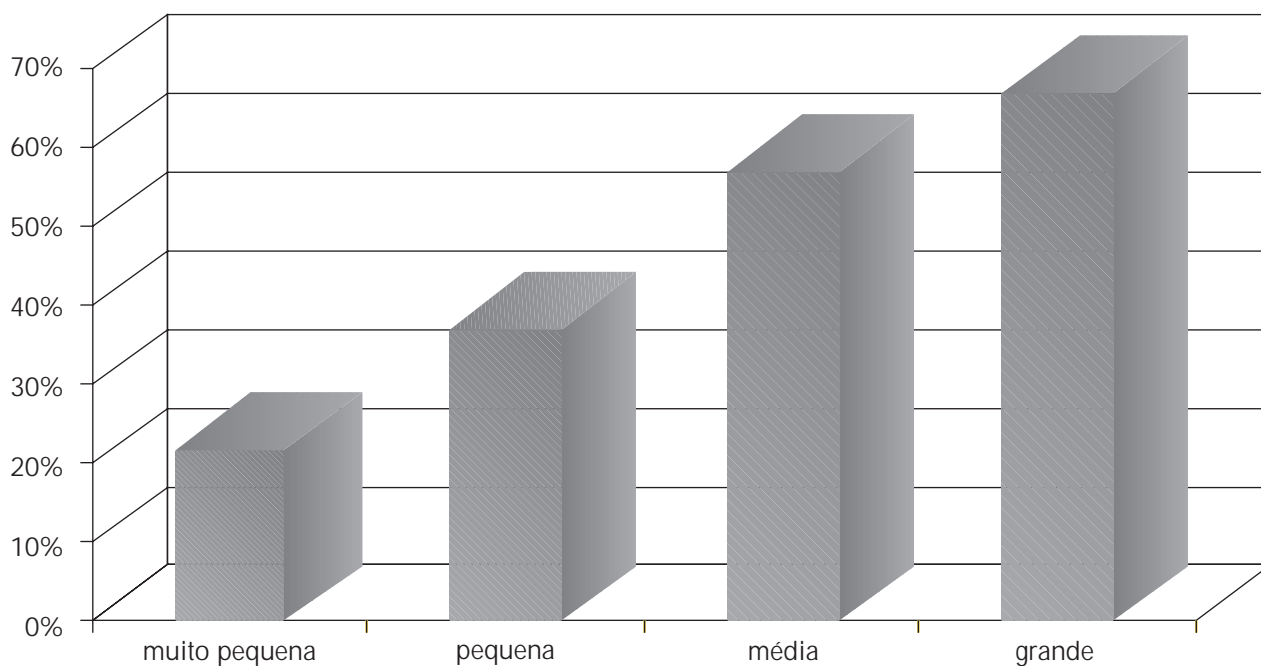


Figura 8: Programas comunitários de ajuda às pequenas empresas; relatório ILDE, 1998

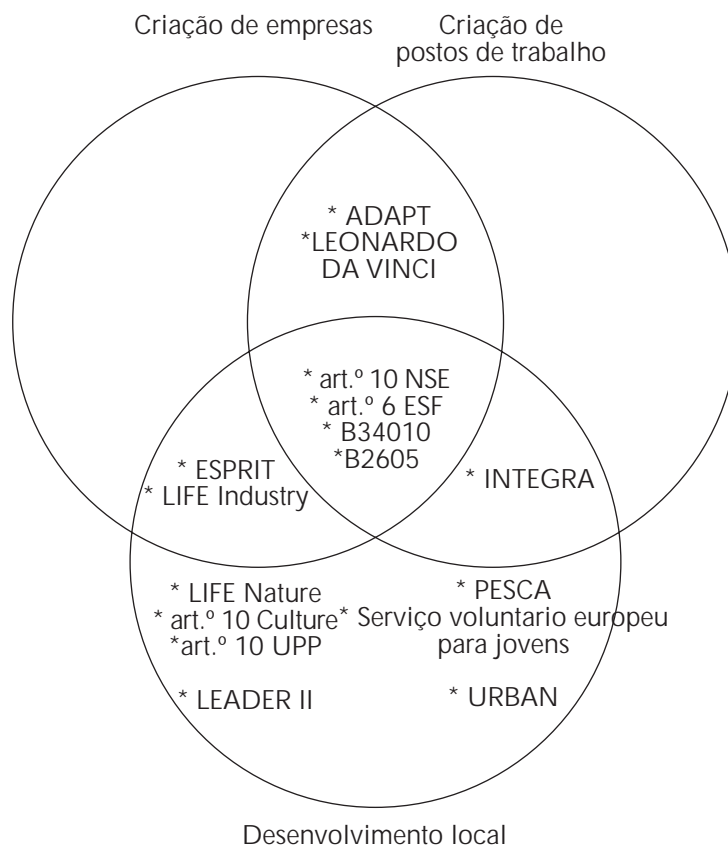
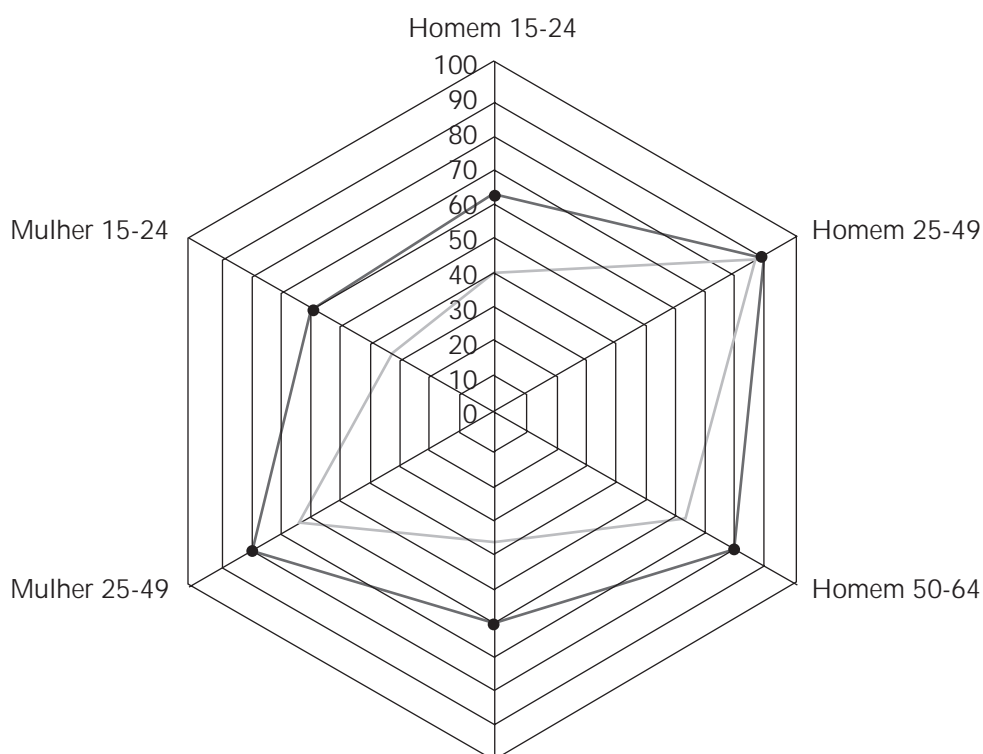


Figura 9: Taxa de emprego por grupos etários e por sexo (linha mais fina EU 15, linha exterior - os três melhores da UE): (Fonte: Observatório Europeu do Emprego)



Role of Small Businesses in the EU

Role of Small Businesses in the EU

The inclusion of an Employment Title in the Treaty of Amsterdam marks the recognition of employment as a matter of common concern for the Union. The new employment strategy based on the Employment Title has already created a EU-wide employment convergence process based on four pillars, amongst which is entrepreneurship.

Small businesses (with less than 50 employees) are the vital driving force behind growth and employment in Europe:

- They represent 98,9% of EUR 19 (*) enterprises;
- Over 90% of European enterprises have fewer than 10 employees;
- Small enterprises are less vulnerable to business cycle fluctuations;
- They are the most labour intensive;
- New jobs in Europe are created mainly in the smallest enterprises.

They represent the largest and most dynamic economic audience in the EU. All policy action in their favour benefits therefore directly European citizens.

Policy action in favour of small businesses needs to be further improved. Actions undertaken as a follow-up of the conclusions of the Third European Conference of Crafts and Small Businesses (Milan, November 1997) indicate that the quality and quantity of support services for small businesses needs to be enhanced and sectors and target group specific activities should be better focused. Any significant net job creation in the Union in future years is likely to be in services and mainly driven by new start-ups and by young and innovative enterprises.

Identifying and anticipating specific features and needs of small enterprises is the starting point for future policy action. To this end, new approaches and instruments should be developed.

(*) Concerning the 15 members of the European Union, plus Iceland, Liechtenstein, Norway and Switzerland.

1. Development of Small Businesses as a contribution to job-creation within the context of the new European Employment Strategy

1.1. The context

On 1st of May, the Amsterdam Treaty entered into force. The inclusion of an employment Title in the Treaty marks a new departure for the recognition of employment as both a priority issue for the Union, and as a matter of common concern. Even more importantly, it reflects the commitment of Member States who have the main responsibility to implement the decisive action required for a substantive and sustainable improvement in employment performance.

At the extraordinary European Council meeting in Luxembourg on 20/21 November 1997, the Heads of State and Government decided on the early implementation of the Title and endorsed an ambitious European employment strategy. This strategy (the *Luxembourg process*) encompasses the co-ordination of Member States' employment policies on the basis of commonly-agreed employment guidelines, the continuation and development of a co-ordinated macroeconomic policy and an efficient internal market, in accordance with a high level of environmental protection and sustainable development. It also involves the harnessing in a more systematic way of all Community policies in support of employment, both framework policies and support policies.

Before the Treaty of Amsterdam, the employment policy development at the European level was characterised as a traditional co-operation between governments not leading to binding commitments.

The Amsterdam Treaty constitutes a significant turning point. The new Title on employment provides a legal basis for the convergence of national employment policies according to the following key elements:

- It recognises the achievement of a high level of employment as one of the key objectives of the EU, of equal importance to the macroeconomic objectives of growth and stability.
- It emphasises that employment is an issue of common concern. Member States have committed themselves to co-ordinate their employment policies
- It requires that the employment impact of all community policies must be taken into account
- It creates the framework for a country surveillance procedure
- Finally, it enables decisions to be taken by qualified majority.

The early implementation of the Employment Title of the Treaty of Amsterdam has already proven to be a watershed in the development of the European employment strategy. Not only have the employment objectives risen to the top of the policy agenda in the Union. The "*Luxembourg process*", centred around the Employment Guidelines and the National Action Plans for their implementation has already demonstrated the potential of the new approach with the enhanced commitment of the Governments and other actors to address seriously the objectives commonly agreed in the Guidelines.

The Luxembourg process combines four strongly connected, but clearly defined, large-scale policy projects: the four pillars of the European employment strategy broken down in 22 different Guidelines.

They are *Employability, Entrepreneurship, Adaptability and Equal Opportunities*.

The second pillar, entrepreneurship, is about job creation. This pillar contains measures to make it easier to start and run a business, to create a new culture of entrepreneurship in Europe. It includes measures to promote local level job creation, in the social economy and in activities linked to needs not yet satisfied by the market. It pays

special attention to the potential of the services sector, and the need to focus policy on supporting entrepreneurs to realise that potential.

The European employment strategy is based on the recognition that in order to improve the employment situation in Europe it is no longer sufficient only to focus on how to tackle unemployment. The employment performance is of equal importance and should be addressed accordingly. The employment rate is the effective measure of the performance of an economy in providing jobs for all those who are able to work. The current EU employment rate is 60.5% but it varies greatly between Member States. If the performance of the three best Member States, or of the United States, is taken as a benchmark, an additional 30 million or more people could be employed. This would raise EU employment from 150 million to 180 million.

The differences in employment rates between Member States are mainly in three areas – among women in general, among young people of either sex, and among older male workers.

Forecasters had expected the strong employment-creating growth of 1998 to continue into 1999. Although the deteriorated international environment implies a downward revision of the economic outlook in 1999, the employment prospects seem to remain on an improving trend. Success in attaining higher levels of employment over the longer term still depends fundamentally on the levels of sustainable growth and productivity that are achieved and maintained, which depend, in turn, on the soundness of the macro-economic policy mix and on the efficiency with which markets, especially labour markets, operate.

Structural adjustments, in particular of labour markets, are needed in order to enhance long-term employment prospects. Entrepreneurship accelerates structural change and contributes to the development of new markets, products, services and jobs.

The Commission has recently published a study, which examined job creation and the experience of entrepreneurship in Europe and the US. This study (*the Employment Rates Report, 1998*) shows

that Europe has an underdeveloped services sector in comparison to the US.

Europe has at least as many people involved in manufacturing as does the US and also a slightly larger working population engaged in agriculture, of 2.5 million more jobs than the US. Moreover, the US has many more jobs in services than Europe, a massive 15% more, 36 million jobs. The US has more people employed in all parts of the services sector.

If coupled with the above mentioned shortcomings on the labour supply side, the most important factor in raising employment levels in these sectors seems to be the fact of encouraging and expecting women and young people to participate in the labour market through an enhanced combination of active labour market and entrepreneurship policies.

1.2. The contribution of Small Businesses to employment

Small businesses are defined in the EU as enterprises employing less than 50 employees and having an annual turnover under 7 million Euro. According to this definition 98,9% of EUR 19 enterprises are small enterprises. Over 90% of European enterprises have fewer than 10 employees.

There are nearly 60 million employees in small enterprises, which makes 52% of all employees in the enterprises of the EU. In all the Member States, at least 20% of the workforce are employed in micro enterprises (less than 10 employees). The proportion of jobs accounted for by firms with 10 to 49 employees is comparable in all the Member States – Community average is 19%.

There are however differences between Member States in employment shares of small and micro businesses. The figure is lowest in Germany, Ireland, Luxembourg and Austria. In southern European countries and Belgium, the percentage of jobs in very small firms is well above the average. Often they consist of self-employed people carrying out craft activities in the construction industry or small family businesses in the

trade, hotel and restaurant sectors. From the point of view of jobs, small companies particularly dominate certain sectors of industry such as metal processing, non-metallic products, the manufacture of wood and timber products and the clothing and leather industries.

Small enterprises are less vulnerable to business cycle fluctuations. They are also the most labour intensive. They create relatively more jobs than large companies; an increase of 1% in output means an increase in employment of 0.8% in the long-run.

Statistics show also very clearly that new jobs in Europe are created mainly in the smallest enterprises. As there is less employment in large

manufacturing firms and as the public sector increasingly makes use of outside services, many more people than in the past will be employed in small businesses and many more people will be starting their own businesses. Most of the newly created enterprises employ less than five persons and over 80% start with a max of one salaried person. On average the number of employees in new firms does not grow during the first five years. Failure rates of new businesses are still quite high, but in the surviving enterprises employment appears to grow. Therefore we have very good reasons to put the needs of small enterprises at the centre of policy making at European, national and local level.

2. Specific needs of small businesses

The business environment for small enterprises is changing very rapidly. Identifying their specific needs is essential when considering policy options. All the latest studies show explicitly that three general categories can be found where small businesses face special difficulties: internationalisation, external advice and innovation and new technology.

2.1. Internationalisation

The degree of internationalisation by small enterprises is lower than by larger enterprises. In general small enterprises sell 10% of total turnover abroad (but indirectly they are strongly involved in "intermediate exports"). Contacts are established mainly through informal ways and concern purely commercial co-operation. Specific problems for transnational co-operation of small businesses are finding and evaluating a partner, unequal commitment, lack of resources and communication difficulties.

Subcontracting is at the heart of the development of a business framework in the EU and is especially important for maintaining certain manufacturing activities in the EU. It is often the way to internationalisation for small businesses. They need to co-operate on an equal basis with larger enterprises in developing subcontracting networks in Europe. Use of electronic networks will be of crucial importance to this development in the near future.

The single Market has provided opportunities for small businesses to internationalise. The Euro will provide another boost, in particular by eliminating currency conversion costs. The development of electronic commerce also opens up huge possibilities for the smallest businesses to buy and sell on a world-wide range.

2.2. External advice

According to the results of a recent study (1997) published in the 5th Report of the European Observatory for SMEs, 41% of enterprises considered that they had no recourse to any form of external advice. The study also showed that 90% and 85% respectively of large and medium-sized enterprises did make use of external advice. In contrast, more than 45% of micro-enterprises were unaware of this possibility. Assuming these proportions are true for all enterprises, almost 8 million of them do not use any external advice service.

External advice is not very much used in the initial phase of businesses (like making risk assessments), more in technical development, marketing and financing. The principal reasons behind the negative relationship between the size of a company and its use of external advice are:

- the lack of financial resources amongst small enterprises and the difficulty for the entrepreneur of quantifying the benefits of such a service;
- entrepreneurs are too concentrated upon and absorbed by their commercial or production tasks to consider external advice;
- advice is not always specifically geared towards this type of enterprise and, particularly in some Member States, regulations are too restrictive.

2.3. Innovation and high technology

European small businesses are innovative, mostly in the chemical and the rubber and plastics industries. Innovative firms also put emphasis on developing new markets. R&D activities are a key to innovation for small businesses, but few small businesses have resources for their own R&D work and they are not used to co-operative efforts in this field.

Internet based generic services are increasingly important components to enable small businesses to participate in electronic business development and to group more services together. Small and craft enterprises cannot afford to build complex and expensive private infrastructures. They will therefore need to use a public infrastructure or a joint venture structure enabling them to exchange

sensitive business information in a secure manner. They also need to learn to use modern information technology and connect it to their core business processes. In most cases small businesses are quite far away from actually doing business on the Internet but they can start by using the Internet as an information, communication and networking tool.

3. What has been done?

On 10 April 1996, in the context of a reorganisation of its departments, the Commission decided to set up a unit for "Crafts and small business"⁽²⁾ within the Directorate General responsible for enterprise policy. The new unit was given responsibility for craft and small enterprises, women, young entrepreneurs, target groups and local development.

Based on the Communication: "The craft industry and small enterprises, keys to growth and employment in Europe"⁽³⁾ and on the Report to the Madrid European Council, a number of specific actions have been implemented in the framework of the Third Multiannual Programme for SMEs (1997-2000)⁽⁴⁾.

Notable amongst these were: the preparation and organisation of the Third European Conference of Crafts and Small Businesses in 1997; the launching of a number of studies, seminars and pilot projects aimed at identifying the needs of crafts and small businesses, involving them in transborder activity, improving standardisation for craft products, financing of enterprises, encouraging the spirit of entrepreneurship through training, and overcoming the specific difficulties faced by the target groups of entrepreneurs; and influencing Community policies to include the specific requirements of the sector and of women and young entrepreneurs in particular.

⁽²⁾ More information about unit: URL address: <http://europa.eu.int/en/comm/dg23/artisana/>

⁽³⁾ COM (95) 502 of 26.10.1995: "The craft industry and small enterprises, keys to growth and employment in Europe. Results of the Second European Conference on the Craft Industry and Small Enterprises in Berlin, 26 and 27 September 1994, follow-up measures and recommendations to the Member States".

⁽⁴⁾ Council Decision 97/15/EC of 9 December 1996 on a third multiannual programme for small and medium-sized enterprises (SMEs) in the European Union (1997 to 2000), OJ L 006, 10.01.1997.

The Third European Conference of Crafts and Small Businesses, "Employment through Innovation", was held on 20-21 November 1997 in Milan. It was prepared by 11 pre-conferences, which gave specific coverage to a number of crucial issues affecting the sector (see list below). The Milan Conference was attended by some 2000 participants from 32 countries across Europe and the Mediterranean basin, including Ministers from 7 Member States. It identified the following as priorities for the development of the sector:

- I To encourage the economic success of crafts and small businesses by creating an environment conducive to their development
- II To promote the emergence and development of a European small business culture
- III To ensure that the crafts and small business sector is taken into account from the very outset in the planning of national and Community measures and/or policies in the economic and social field, in particular in consultations and negotiations at all levels
- IV To encourage crafts and small businesses and their representatives to become involved in the processes of exchange and co-operation, both intra-Community and with non-member countries
- V To increase competitiveness and innovation in crafts and small businesses

Following the Conference, the Milan Follow-up Group was established to bring together representatives of the sector and of other departments within the Commission. The Group has met on four occasions since the Conference and DGXXI-II have produced a table, in co-operation with other DGs, setting out the actions being taken by the Commission in areas of relevance to the Milan priorities. This table was published for the first time on the DGXXIII web site in December

1998 and is being updated every 3 months⁽⁵⁾. Consultation on issues of relevance to the sector is also carried out with Member State representatives in the context of the Third Multiannual Programme for SMEs.

Under different Community Policies a large number of programmes and initiatives have been developed to address the needs of the smallest enterprises. Overall strategy of existing instruments is based on two priorities, namely improving the business environment and presenting specific programmes and support measures for small businesses.

To improve the administrative, legal, fiscal and financial environment for small businesses their specificity has been taken into account in drawing up all Community policies (such as the programme for the internal market, competition, taxation, environment and social policy). The new definition of SMEs⁽⁶⁾ adopted in 1996 contributed to better targeting of measures to assist small businesses. Co-ordination is achieved through the business impact assessment system for legislative proposals and via interdepartmental

co-operation. Initiatives include a proposal for a directive to tackle the problem of late payments, which would benefit small businesses and a recommendation on the transfer of business based on best practices in the Member States. Further recommendations to improve the business environment of small businesses were made by BEST (Business Environment Simplification Task Force) working group. A detailed Action Plan proposed by the Commission in response to these recommendations⁽⁷⁾ brings for the first time together in a framework all policy issues impacting on enterprises.

The programmes and business support measures have aimed primarily at access to finance and credit, support for the development of small businesses in disadvantaged regions, the internationalisation of small enterprises, strengthening competitiveness, improving access to research, innovation and training, promoting the spirit of enterprise and greater consideration of the environmental dimension. One recent initiative in the area of access to finance is a seed capital action (CREA) aimed specially at small businesses.

⁽⁵⁾ URL address:
<http://europa.eu.int/en/comm/dg23/artisana/miltable.htm>

⁽⁶⁾ Commission recommendation of 3 April 1996 concerning the definition of small and medium-sized enterprises: OJ L 107, 30.04.1996

⁽⁷⁾ COM (98) 550 final of 30.09.1998

4. What kinds of measures are needed in the future?

Identifying and anticipating specific features of small enterprises must be the starting point for future policy action. More coherent and continuous instruments may be needed. Existing Community policies and programmes addressing the needs of small businesses have to be co-ordinated to make best use of available resources. There is also need to improve consultation with small businesses and their representatives so that they may express their needs and priorities.

Acting at European level must take into account the principle of subsidiarity. Small businesses are usually acting very locally. Concerned for their environment and their development, private micro-enterprises need specific, tailor-made services, which in many cases can be developed most efficiently in local or sectoral resource centres.

The work for better quality of support services for small businesses could be strengthened. Networking of advisory bodies and creation of quality guarantees could be first steps to encourage small businesses to use external advice services. Services helping small businesses to internationalise their strategies could be targeted in particular.

A greater accent should be put on innovation and new technology. New jobs are mainly created by start-ups and by young, innovative enterprises. This means a need for fast technology diffusion, increased innovation at all levels and improved management skills training programmes.

Sectors having large employment potential like tourism and new services and targets groups like women, young, and minority group entrepreneurs deserve particular attention. Preparatory studies are ongoing this year and based on the results of these studies, networks of representative and support organisations could be established in each of these categories. Further promotional and awareness-raising activities are envisaged: new image for sectors through new media, European Prizes for Artistic Crafts and for Young Entrepreneurs, actions aimed to overcome prejudices about who is suitable to run an enterprise and in which sector.

Small enterprises are a vitally important source of jobs in the Union and, on all estimates, make a major contribution to employment growth. In the middle of a fast changing business environment small businesses as relatively stable and dynamic economic players will remain the backbone of the European economy. By promoting small businesses and entrepreneurship Europe invests in jobs.

Figure 1: EU enterprises, share of small businesses
(source, Eurostat)

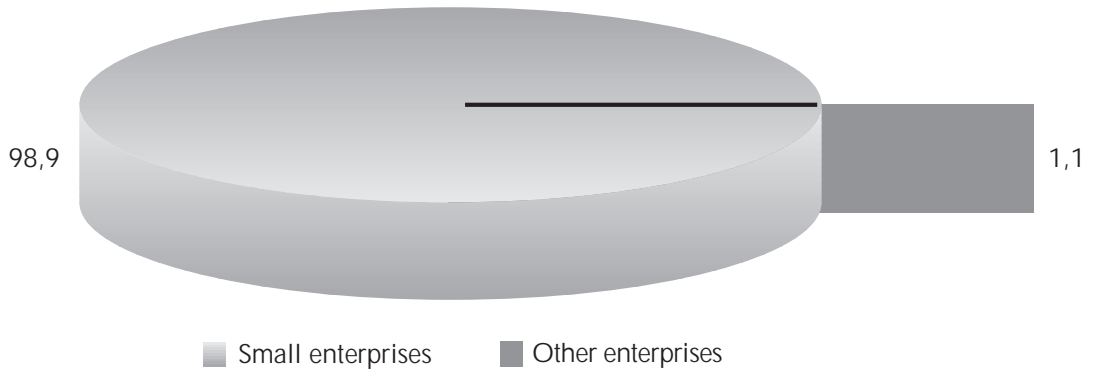


Figure 2: Share of small businesses in the employment of EU
(Source: Eurostat)

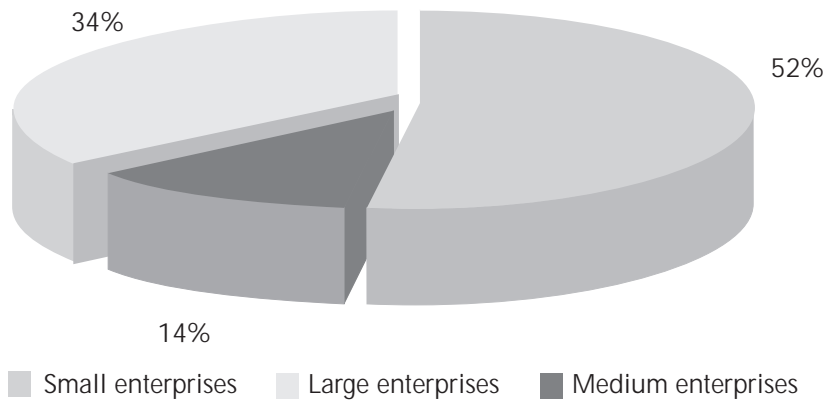


Figure 3: Employment share of small businesses in EU Member States
(Source: Eurostat)

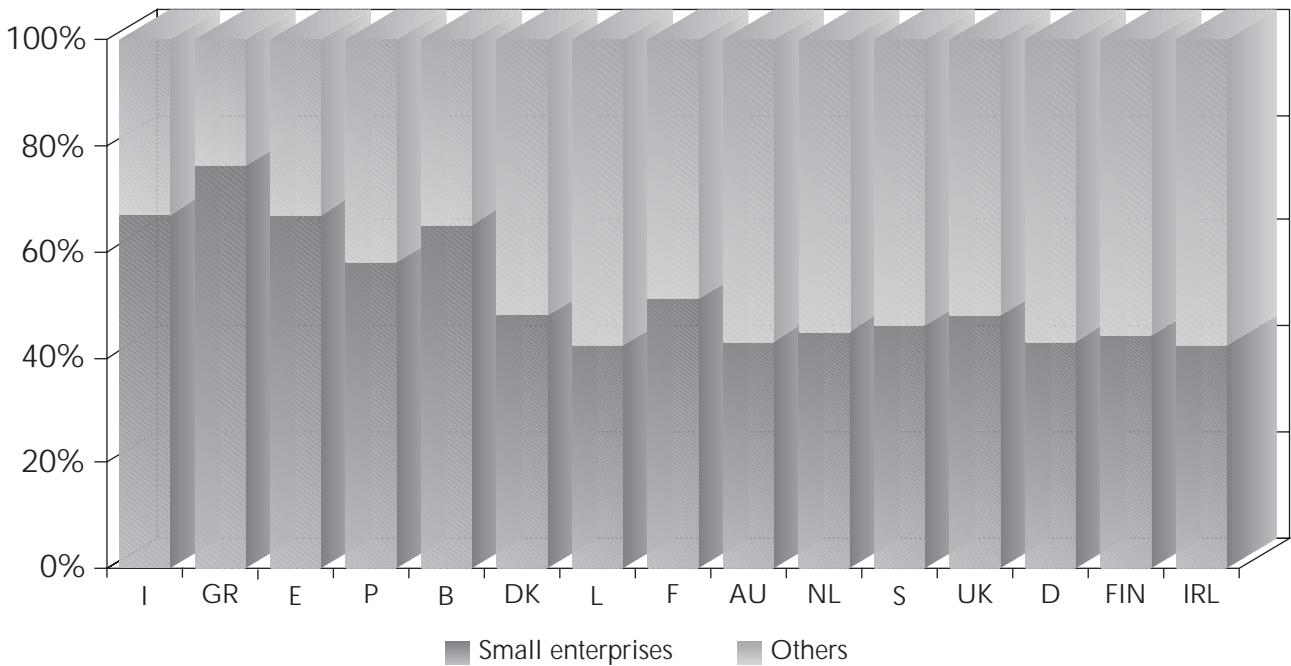


Table 1: Enterprises in Europe, European SME observatory, 5th report

		SME				LSE	Total
		Very small	Small	Medium-sized	Total		
Number of enterprises (1,000)	EU	17,285	1,105	165	18,555	35	18,590
	Non-EU	410	45	10	460	1	460
	Total	17,695	1,150	170	19,015	40	19,050
Employment (1,000)	EU	37,000	21,110	15,070	73,180	38,220	111,410
	Non-EU	960	800	750	2,510	1,160	3,670
	Total	37,960	21,920	15,820	75,700	39,380	115,080
Average enterprise size	EU	2	20	90	4	1,035	6
	Non-EU	2	20	95	5	820	8
	Total	2	20	90	4	1,030	6
Turnover per enterprise (ECU min.)	EU	0.2	3.0	16.0	0.5	175.0	0.8
	Non-EU	0.3	3.0	15.0	0.8	130.0	1.2
	Total	0.2	3.0	16.0	0.5	170.0	0.8
Value added per occupied person (ECU 1,000)	EU	30	40	50	35	55	40
	Non-EU	45	40	45	45	75	55
	Total	30	40	50	35	55	40
Share of labour costs in value added (%)	EU	38	63	60	52	53	53
	Non-EU	43	69	67	58	61	59
	Total	38	64	61	53	53	53

Figure 4: Development of employment in enterprises according to their size
(Source: European SME Observatory, 5th report)

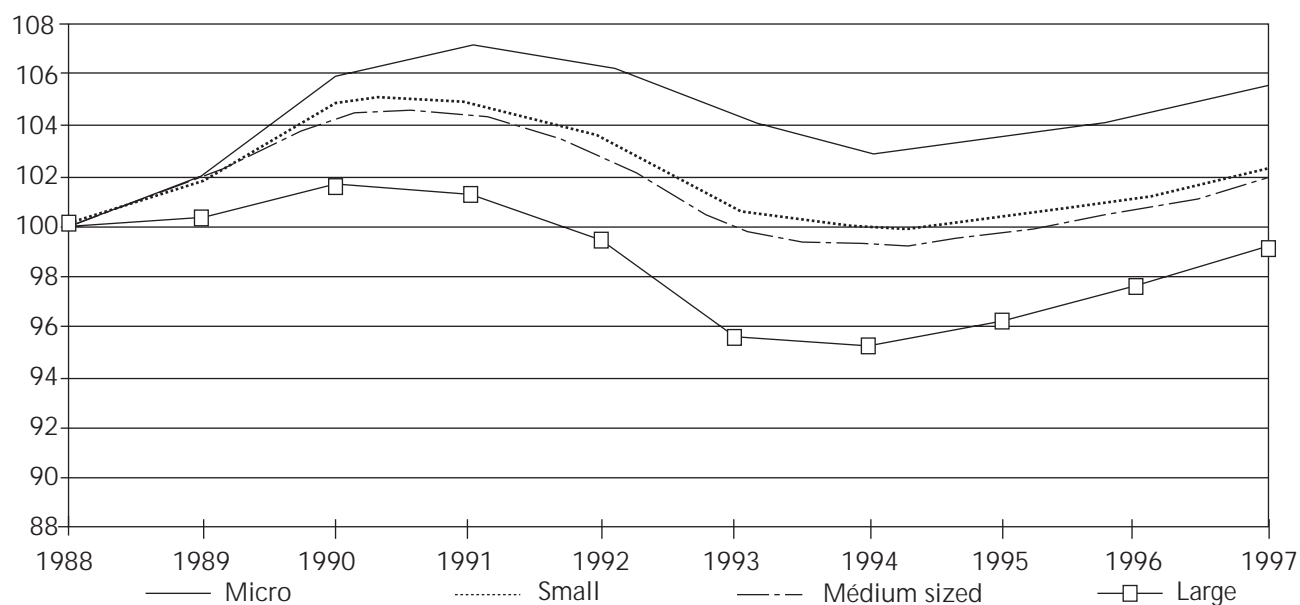
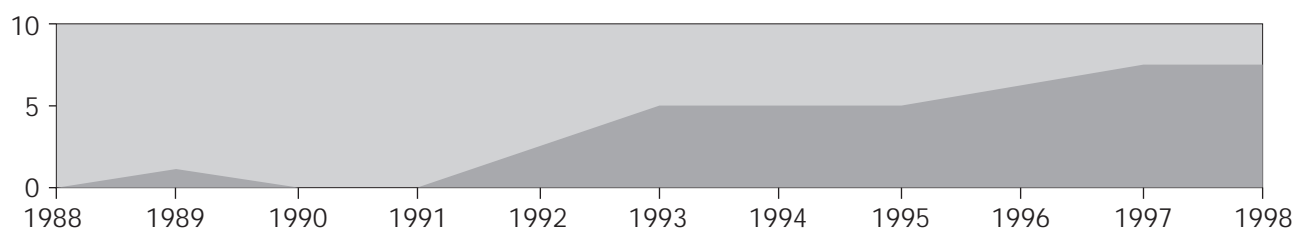


Figure 5: Difference in the growth of employment in micro enterprises and large enterprises, 1998 = 0%
(Source: European SME Observatory 5th report)



**Table 2: Unemployment rate in EU, Eurostat
Total**

Date	EU15	EUR 11	B	DK	D	GR	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK	USA	JAP
97.02	10,8	11,7	9,3	5,9	9,6	:	21,3	12,4	10,5	12,2	2,6	5,6	4,3	7,1	13,5	10,5	7,4	5,3	3,4
98.02	10,2	11,2	9,0	5,4	9,8	11,3	19,4	11,9	8,4	12,1	2,9	4,7	4,7	5,8	11,9	8,7	6,5	4,6	3,6
98.10	9,8	10,7	8,6	4,8	9,1	:	18,5	11,6	7,4	12,2	2,9	3,6	4,7	4,5	10,8	7,5	6,2	4,5	4,3
98.11	9,7	10,6	8,5	4,7	9,1	:	18,1	11,6	7,3	12,2	2,7	3,6	4,6	4,4	10,8	7,6	6,2	4,4	4,4
98.12	9,7	10,6	8,5	4,7	9,2	:	18,0	11,5	7,3	12,1	2,6	3,6	4,6	4,4	10,8	7,5	6,3	4,3	4,4
99.01	9,7	10,5	8,4	4,9	9,0	:	17,8	11,4	7,2	12,0	2,8	3,4	4,6	4,3	10,8	7,6	:	4,3	4,4
99.02	9,6	10,5	8,4	:	9,0	:	17,6	11,4	7,0	:	2,8	:	4,6	4,2	10,8	:	:	4,4	:

Men

Date	EU15	EUR 11	B	DK	D	GR	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK	USA	JAP
97.02	9,5	10,0	7,3	5,0	9,1	:	16,7	10,7	10,5	9,5	1,9	4,4	3,5	6,3	13,0	10,9	8,4	5,1	3,3
98.02	8,9	9,4	7,0	4,1	9,1	7,6	14,6	10,1	8,6	9,3	2,0	3,6	3,9	4,7	11,4	8,9	7,2	4,5	3,7
98.10	8,4	8,9	6,8	3,6	8,6	:	13,3	9,8	7,5	9,5	2,1	2,8	4,0	3,5	10,2	7,9	6,9	4,4	4,3
98.11	8,4	8,8	6,7	3,6	8,6	:	13,0	9,8	7,4	9,4	1,9	2,8	3,9	3,5	10,2	7,8	6,9	4,2	4,4
98.12	8,4	8,8	6,7	3,7	8,8	:	13,0	9,7	7,3	9,3	1,8	2,8	3,8	3,4	10,3	7,8	7,1	4,4	4,5
99.01	8,3	8,7	6,7	3,9	8,4	:	12,8	9,7	7,3	9,2	1,9	2,7	3,9	3,4	10,5	7,8	:	4,2	4,5
99.02	8,3	8,6	6,7	:	8,4	:	12,5	9,6	7,1	:	1,9	:	3,9	3,4	10,7	:	:	4,3	:

Women

Date	EU15	EUR 11	B	DK	D	GR	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK	USA	JAP
97.02	12,4	14,0	12,1	7,1	10,4	:	28,5	14,3	10,6	16,5	3,8	7,3	5,3	8,0	14,2	10,0	6,3	5,4	3,4
98.02	12,1	13,7	11,7	6,9	10,7	17,0	26,9	14,1	8,1	16,5	4,3	6,1	5,6	7,2	12,6	8,6	5,7	4,7	3,5
98.10	11,6	13,1	11,1	6,1	9,7	:	26,4	13,8	7,2	16,6	4,1	4,7	5,5	5,7	11,6	7,0	5,4	4,7	4,3
98.11	11,5	13,0	10,9	5,9	9,8	:	25,9	13,7	7,1	16,6	4,0	4,7	5,5	5,6	11,4	7,4	5,3	4,6	4,3
98.12	11,5	13,0	10,9	5,9	9,9	:	25,8	13,6	7,2	16,5	3,8	4,7	5,6	5,5	11,2	7,0	5,3	4,3	4,2
99.01	11,4	12,9	10,9	6,1	9,8	:	25,6	13,5	7,1	16,4	4,3	4,5	5,5	5,4	11,0	7,5	:	4,3	4,2
99.02	11,4	12,9	10,8	:	9,8	:	25,5	13,5	7,0	:	4,2	:	5,5	5,3	10,8	:	:	4,4	:

Less tahn 25 years

Total

Date	EU15	EUR	11	B	DK	D	GR	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK	USA	JAP
97.02	21,6	23,7	23,0	9,0	10,7	:	39,9	29,5	16,6	33,4	7,8	10,2	6,7	16,1	26,0	21,6	14,8	11,9	6,7	
98.02	20,1	22,0	22,4	7,7	10,1	31,9	36,6	27,2	12,7	33,4	7,3	9,4	6,8	11,5	24,2	17,6	13,6	10,7	7,4	
98.10	19,4	21,0	21,6	7,0	9,5	:	34,6	26,4	10,5	33,2	8,2	7,0	6,5	9,0	22,7	14,7	13,7	10,5	7,8	
98.11	19,3	20,8	21,4	6,8	9,6	:	34,0	26,3	10,3	33,1	6,4	7,0	6,4	8,8	22,8	15,0	13,8	9,9	8,2	
98.12	19,2	20,7	21,4	7,1	9,7	:	33,7	26,1	10,2	32,9	5,9	6,8	6,4	8,6	23,0	14,9	14,1	9,6	9,1	
99.01	19,2	20,6	21,5	7,4	9,4	:	33,3	26,2	10,1	33,6	6,7	6,4	6,4	8,5	23,1	15,9	:	9,9	8,6	
99.02	19,1	20,4	21,4	:	9,2	:	32,8	26,1	9,8	:	6,7	:	6,3	8,2	23,2	:	:	10,2	:	

Men

Date	EU15	EUR	11	B	DK	D	GR	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK	USA	JAP
97.02	20,2	21,6	19,1	7,4	11,8	:	34,5	27,0	17,3	28,8	6,4	9,7	5,5	13,2	24,9	21,9	16,7	12,0	7,1	
98.02	18,5	19,8	18,3	6,9	10,8	22,9	30,5	24,6	13,1	28,8	7,4	9,0	5,4	9,2	23,1	18,2	14,8	11,7	8,3	
98.10	18,0	18,8	17,9	6,5	10,3	:	27,7	24,1	10,8	28,9	9,1	7,2	5,2	7,5	21,4	15,5	15,7	10,9	8,4	
98.11	17,8	18,6	17,7	6,4	10,3	:	27,1	23,9	10,6	28,9	6,7	6,6	5,2	7,3	21,6	15,2	15,7	10,3	8,8	
98.12	17,9	18,5	17,7	6,9	10,5	:	26,9	23,8	10,5	28,7	5,9	6,0	5,1	7,2	22,1	15,8	16,3	10,7	9,7	
99.01	17,9	18,5	17,9	7,3	10,1	:	26,4	24,1	10,4	29,6	6,9	6,5	5,2	7,2	22,6	16,0	:	10,5	9,7	
99.02	17,8	18,3	17,9	:	9,9	:	25,8	24,0	10,1	:	6,8	:	5,3	7,1	23,0	:	:	10,3	:	

Women

Date	EU15	EUR	11	B	DK	D	GR	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK	USA	JAP
97.02	23,2	26,1	27,8	10,9	9,5	:	46,4	32,3	15,7	39,1	9,4	10,7	7,9	19,8	27,2	21,3	12,5	11,7	6,4	
98.02	21,9	24,5	27,3	8,6	9,3	42,0	44,2	30,0	12,2	39,2	7,2	9,8	8,2	14,2	25,4	17,1	12,1	9,7	6,5	
98.10	21,0	23,6	26,2	7,4	8,7	:	43,1	29,0	10,2	38,5	7,1	6,8	7,8	10,8	24,2	13,7	11,3	10,0	7,2	
98.11	20,9	23,4	25,8	7,1	8,7	:	42,5	28,8	10,0	38,3	6,1	7,4	7,7	10,6	24,1	14,8	11,5	9,5	7,6	
98.12	20,8	23,3	25,9	7,3	8,7	:	42,1	28,5	9,9	38,2	6,0	7,6	7,8	10,3	24,0	13,9	11,6	8,4	8,5	
99.01	20,7	23,1	25,8	7,4	8,6	:	41,8	28,5	9,7	38,6	6,4	6,3	7,6	10,1	23,7	15,8	:	9,3	7,6	
99.02	20,6	22,8	25,8	:	8,5	:	41,4	28,5	9,5	:	6,6	:	7,5	9,6	23,4	:	:	10,0	:	

Figure 6: Product modifications in last years by enterprise size,
(Source: European Observatory for SMEs 5th)

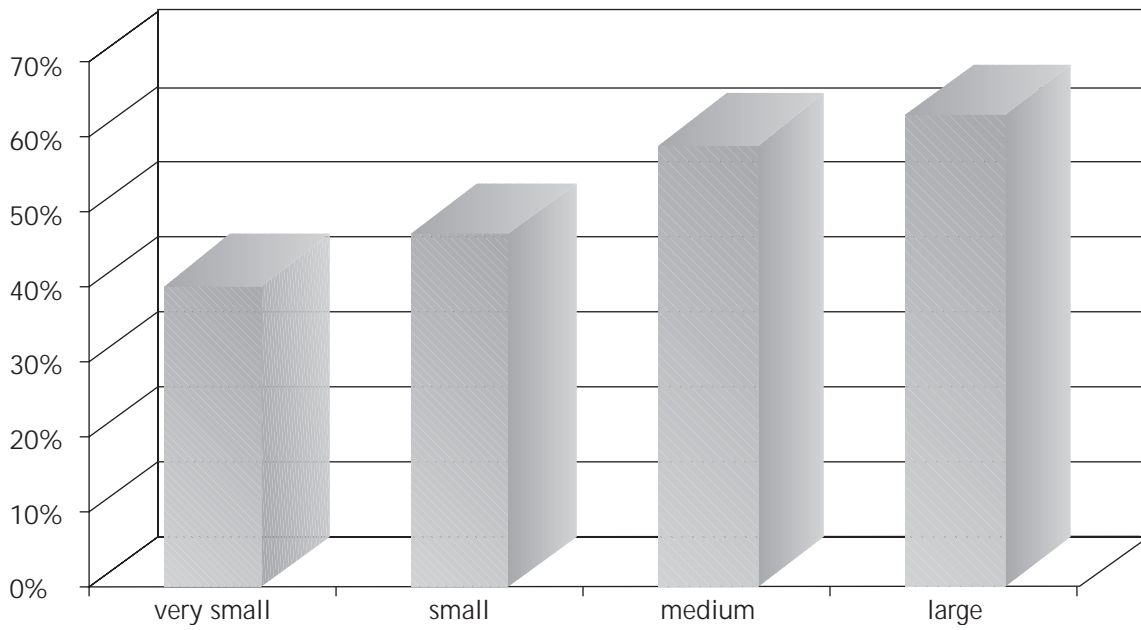


Figure 7: Risk assessment carried out by enterprise size
(Source: European Observatory for SMEs 5th report)

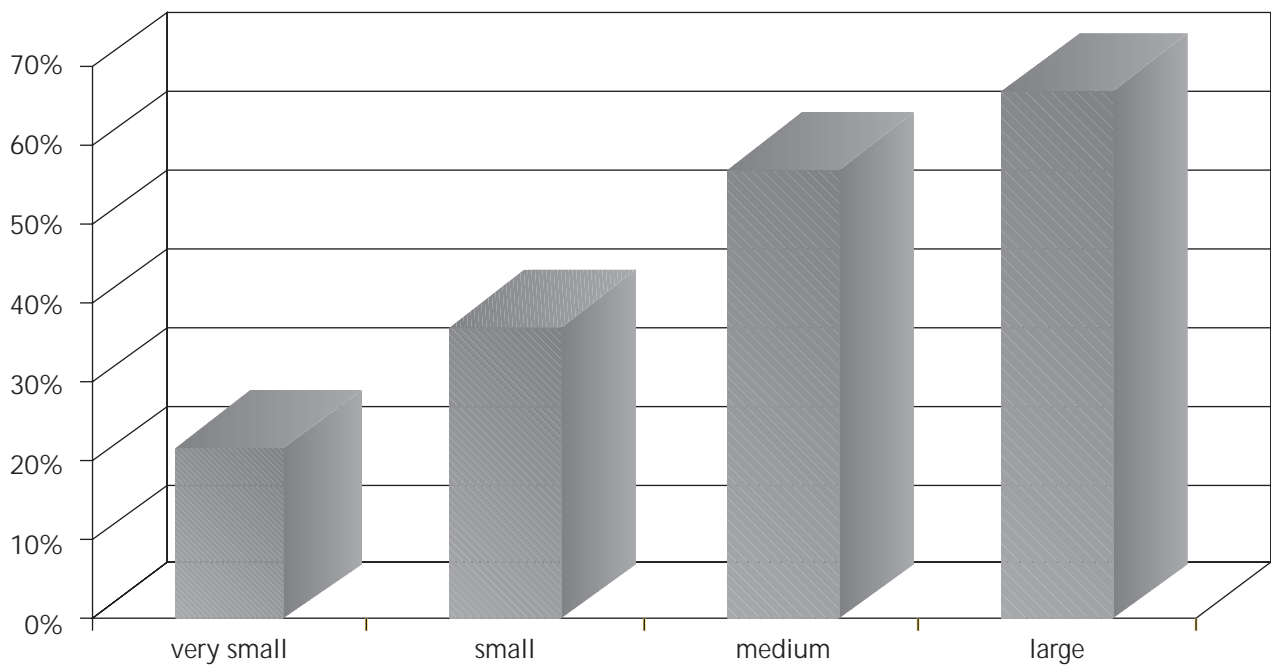


Figure 8: Community programmes helping small businesses; ILDE report 1998

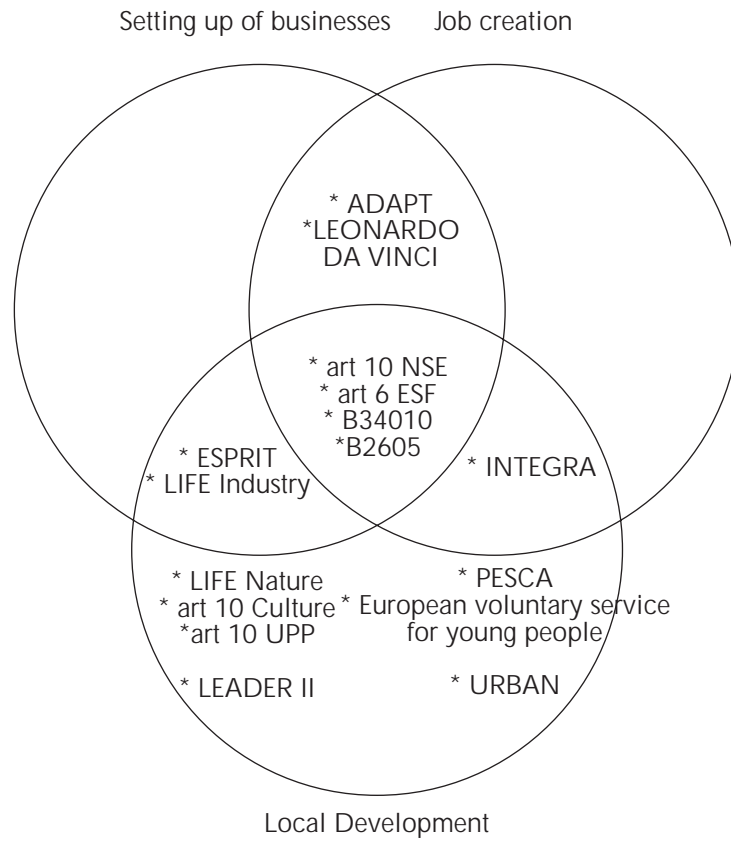
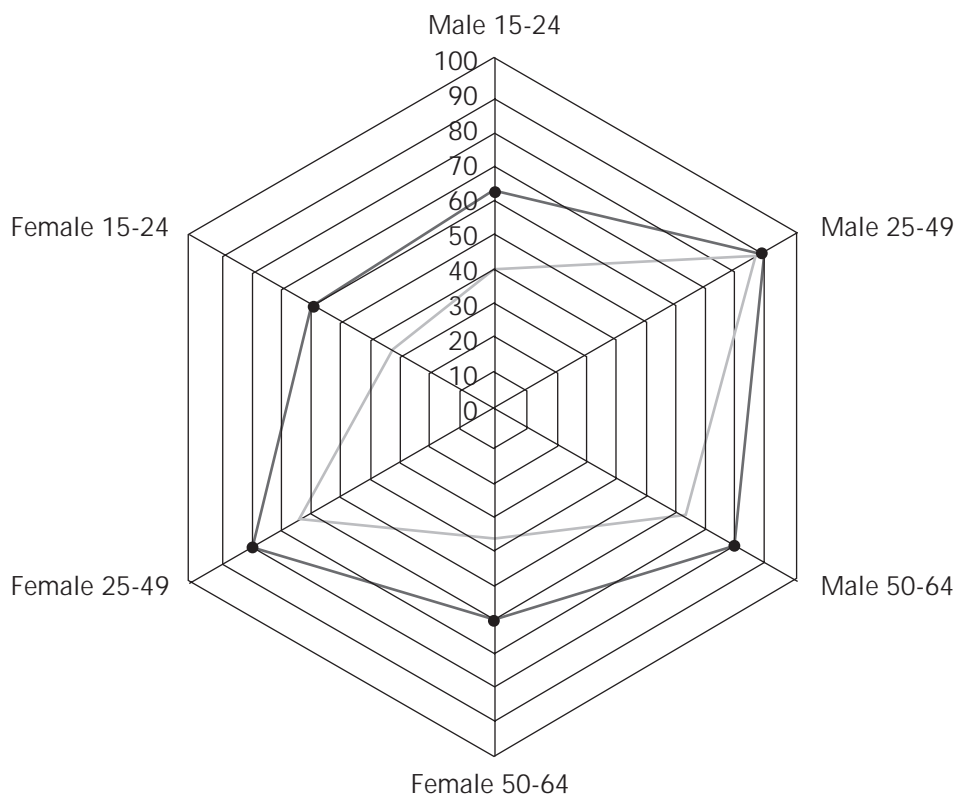


Figure 9: Employment rate in age groups and by gender (inner line EU 15, other line EU best three): (Source: European Employment Observatory)



5. Documentos publicados

- DT 1 **Política de Concorrência e Política Industrial**
Nov. 96 *António Nogueira Leite* - (Esgotado)
- DT 2 **Transformação Estrutural e Dinâmica do Emprego**
Dez. 96 *Paulino Teixeira* - (Esgotado)
- DT 3 **Ética e Economia**
Jan. 97 *António Castro Guerra* - (Esgotado)
- DT 4 **Padrões de Diversificação dos Grupos Empresariais**
Mar. 97 *Adelino Furtado* - (Esgotado)
- DT 5 **Estratégias e Estruturas Industriais e o Impacto da Adesão à Comunidade Europeia**
Maio 97 *António Brandão, Alberto Castro e Helder de Vasconcelos* - (Esgotado)
- DT 6 **Têxteis, Vestuário, Curtumes e Calçado - Uma Visão Prospectiva**
Jun. 97 *João Abel de Freitas*
- DT 7 **O Comércio a Retalho Português no Contexto Europeu**
Jul. 97 *Teresinha Duarte*
- DT 8 **Será a Globalização um Fenómeno Sustentável?**
Out. 97 *Vitor Santos*
- DT 9 **Turismo Português - Reflexões sobre a sua Competitividade e Sustentabilidade**
Nov. 97 *António Trindade*
- DT 10 **União Europeia - Auxílios de Estado e Coesão Económica e Social - Tendências Contraditórias**
Jan. 98 *Maria Eugénia Pina Gomes*
Mário Lobo
- DT 11 **Cooperação Comercial - Uma Estratégia de Competitividade**
Mar. 98 *Teresinha Duarte*
- DT 12 **Globalização e Competitividade - O Posicionamento das Regiões Periféricas**
Maio 98 *António Castro Guerra*
- DT 13 **Determinantes do Desinvestimento em Portugal**
Maio 98 *João Abel de Freitas*
- DT 14 **O Panorama da Indústria Siderúrgica em Portugal**
Jun. 98 *José Diogo Costa*
- DT 15 **Turismo, o Espaço e a Economia**
Jul.98 *João Albino Silva*

- DT 16 **A Dinamização da Cooperação Interempresarial no Sector de Componentes de Automóvel: O Caso de Estudo ACECIA, ACE**
 Dez. 98 *Catarina Selada, Teresa Rolo, José Rui Felizardo, Luís Palma Féria*
- DT 17 **O Euro, o Dólar e a Competitividade das Empresas Portuguesas**
 Jan. 99 *João Abel de Freitas, Sérgio Figueiredo, Vitor Santos*
- DT 18 **Consumo, Publicidade e Vendas Agressivas**
 Jan. 99 *Ana Luísa Geraldès*
- DT 19 **A História do Sector Automóvel em Portugal (1895-1995)**
 Fev. 99 *Luís Palma Féria*
- DT 20 **Mercosul: das Origens à Crise Actual**
 Abr. 99 *Franklin Trein*
- DT 21 **Mercosul: da Estrutura à Política Comercial**
 Maio 99 *Elivan Rosas Ribeiro*
- DT 22 **Tendências Pesadas no Contexto Nacional e Internacional**
 Maio 99 **Quelques Tendances Lourdes du Contexte National et International**
 (Edição bilingue)
 Hugues de Jouvenel
- DT 23 **A Integração das Infra-estruturas Tecnológicas na Rede de Excelência para o Desenvolvimento da Indústria Automóvel em Portugal: Uma Metodologia de Avaliação**
 Jun. 99 *Catarina Selada, José Rui Felizardo e Luís Palma Féria*
- DT 24 **Mercosul: Perspectivas da Interação**
 Jul. 99 *Lia Valls Pereira*
- DT 25 **O Papel da Pequena Empresa na UE**
 Set. 99 **Role of Small Businesses in the EU**
 (Edição Bilingue)
 Francesco Ianniello